

Os critérios para reativar a economia

por Pedro Cafardo
de São Paulo

O governo vai esperar no máximo uns três meses para decidir se implanta o plano especial já em estudos avançados na Secretaria do Planejamento da Presidência da República para estimular a reativação da economia. O ministro do Planejamento, Delfim Netto, vem recebendo, nos últimos dias, informações de que as vendas do comércio em janeiro mantêm um ritmo animador, em nível bastante superior ao do ano passado.

De posse dessas informações sobre o desempenho do comércio, o ministro decidiu esperar pelo menos até o final de fevereiro, na expectativa de que o bom nível de consumo reanime a atividade industrial e, naturalmente, toda a economia. O ministro não quer correr o risco de criar um estímulo adicional que, agregado a esse aumento natural da atividade econômica via consumo, possa estabelecer um clima de euforia prejudicial à política de combate

à inflação. Em janeiro, aliás, a taxa de inflação deverá situar-se acima da de dezembro, devido a fatores sazonais e até pela mentalidade gregoriana, que leva empresas e o próprio governo a reajustar preços e tarifas no ano novo. Os dados da primeira quinzena de janeiro indicam que a inflação do mês não será inferior a 5%, mas, mesmo assim, haverá uma redução na taxa anual, porque em janeiro de 1981 a taxa mensal atingiu 6,6%.

Somente após o carnaval, portanto, o ministro do Planejamento vai começar a avaliar definitivamente a necessidade de pôr em prática o plano. Em síntese, trata-se de uma idéia aparentemente simples. As indústrias teriam isenções fiscais sempre que o seu índice de aumento de produção ultrapassasse 5%.

Os técnicos da Seplan já têm uma fórmula para controlar esses aumentos: o preenchimento de formulários pelas empresas com dados pormenorizados sobre a produção física em 1981 e 1982. Além disso, para

receberem o benefício fiscal, as empresas teriam de contratar mão-de-obra desempregada. Ou seja, não poderiam realizar aumento de produção pela simples utilização mais produtiva do contingente empregado.

O único inconveniente encontrado, até agora, é que o controle, por dificuldades óbvias, somente poderia atingir as grandes empresas. Assim, embora possa ter influência direta na produção como um todo, a isenção fiscal não beneficiará a todas as empresas. As pequenas indústrias, por exemplo, seriam também beneficiadas com o aumento de encomendas, mas não teriam a possibilidade de usufruir a isenção.

A equação da retomada econômica depende ainda de outra variável importante, a dos juros. No setor empresarial, a opinião consensual é que não será possível reativar a economia sem uma queda sensível nas taxas internas. Não é essa, porém, a opinião do ex-ministro Mário Henrique Simonsen. Ele compareceu ontem à solenidade de posse do novo presidente da Bolsa de Valores de São Paulo e estimou que o atual nível de juros é compatível com um crescimento de até 6% no Produto Interno Bruto em 1982.

Simonsen considerou sua própria previsão "conservadora" em função da recessão econômica de 1981. Lembrou que em 1965 a indústria apresentou taxa negativa de 4,7%, seguida de uma vigorosa expansão de 9,9% em 1966. Diante dessa possibilidade, Simonsen aconselha cautela aos responsáveis pela condução da política econômica e, especialmente, da política monetária. Ele espera, por exemplo, que o estouro no orçamento monetário não vá além de 10 pontos percentuais. "Se isto acontecer muda tudo", disse o ex-ministro.